



UNICAMP

P23.06

EVENTO: PATROCÍNIO CULTURAL ALVO DA CORRUPÇÃO
VEÍCULO: FOLHA DE S. PAULO
DATA: 11.08.97
PÁGINA: 01
SEÇÃO: ILUSTRADA



Patrocínio cultural é o mais novo alvo da corrupção

Quadrilha recebe cheque de 1,2 milhão da Telesp sem sequer apresentar projeto

XICO SÁ
da Reportagem Local

Recursos de patrocínio e incentivo culturais são o novo alvo de estelionatários que se fazem passar por produtores de arte.

A Polícia Civil de São Paulo investiga, desde fevereiro deste ano, a existência de quadrilhas que atuam nessa área.

A Polícia Federal, segundo apurou a Folha, também tem recebido informações sobre esse tipo de golpe e pode espionar brevemente alguns casos que estão sendo mantidos em sigilo.

Um grupo, ainda não identificado, levou R\$ 1,2 milhão dos cofres da Telesp (Telecomunicações de São Paulo), no início do ano.

Grande patrocinador de projetos culturais no Estado, a empresa desembolsou nesse setor cerca de R\$ 22 milhões de 95 até hoje.

O fato só foi divulgado na última quinta-feira. A direção da Telesp soube que jornalistas haviam tido acesso à informação e resolveu admitir que havia sofrido o desfalque milionário.

Segundo a assessoria da empresa, o sigilo deveu-se a um pedido expresso da Polícia Civil, que temia que a publicidade do caso atrapalhasse as investigações.

O golpe de R\$ 1,2 milhão foi praticado, segundo a polícia e a diretoria da Telesp, por um grupo de "dublês" de produtores culturais chamado "Educando e Brincando", uma entidade "fantasma".

O grupo não precisou apresentar nem mesmo um esboço de qualquer projeto. Simplesmente falsificou toda a documentação necessária e recebeu o cheque na conta bancária fornecida para tal fim.

Segundo o advogado Gustavo Augusto de Carvalho Andrade, do



Sampaio Dória, presidente da Telesp, que teve a assinatura falsificada

Departamento Jurídico da companhia telefônica, a falsificação foi de "alta qualidade" e nenhum detalhe chamou a atenção ou causou desconfiança nos funcionários.

"Sem passar por nenhuma etapa de aprovação do teor cultural do projeto, a documentação chegou pronta, na boca do caixa, para o pagamento", diz Andrade.

Nesse caminho, até o presidente da Telesp, Carlos Eduardo Sam-

paio Dória, teve a assinatura falsificada, segundo a polícia.

Por conta da facilidade encontrada para o golpe, funcionários do alto escalão da companhia também estão sendo investigados.

Desde que abriu inquérito em fevereiro, a Delegacia Seccional Centro só conseguiu chegar a duas pessoas, de fora da Telesp, que poderiam ter participado do crime de estelionato.

Uma delas, o vendedor autônomo Eder Cavalotti, confessou em depoimento ter entrado na história como "laranja".

No glossário da corrupção, "laranja" é aquele cujo nome, documento e até conta bancária são usados no processo de uma fraude.

Paraná

A conta de Cavalotti no banco Bamerindus (agência Nossa Senhora da Lapa, zona noroeste de São Paulo) foi o destino inicial do dinheiro do golpe.

Lá, o dinheiro ficou apenas alguns dias, ainda em fevereiro. Depois, sumiu. Cavalotti diz que não sabe o novo paradeiro.

O vendedor, que chegou a ser preso para prestar uma série de depoimentos (prisão provisória), conta também que a conta foi aberta pelo seu amigo Wilson Leão, que havia trabalhado como subgerente do Bamerindus.

Em depoimento, Leão alega inocência. A sua defesa também argumenta que ele pode ter sido usado como "laranja".

Tanto Cavalotti como o seu amigo bancário foram indiciados, por crime de estelionato, pela polícia.

O indiciamento não é uma conclusão de que os dois sejam responsáveis pela fraude, significa apenas que a polícia os enquadrrou na categoria de "suspeitos".

No momento, delegados da Polícia Civil, que não querem se identificar, trabalham com a hipótese de o dinheiro ter sido enviado para bancos no Paraná, na fronteira com o Paraguai.

No meio político de São Paulo começaram a surgir especulações, sem nenhuma prova, de que o dinheiro poderia ter sido desviado para a formação de "caixa" de campanha eleitoral.

Telefônica teve mecenas contestado na Justiça

da Reportagem Local

A Telesp se transformou em uma das principais bases do mecenas cultural em São Paulo. Por conta disso, enfrentou obstáculos, inclusive na Justiça.

O caso mais polêmico foi o patrocínio cultural para a compra do Teatro Ruth Escobar.

A transação, realizada no final de 96, foi possível por causa da doação de R\$ 2 milhões para a Apetesp (Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo).

O patrocínio foi feito dentro dos moldes da Lei Rouanet, o que permite o abatimento de impostos pagos pela Telesp.

Embora seja uma companhia controlada pelo governo federal, a Telesp paga tributos como uma empresa qualquer.

O caso do Teatro Ruth Escobar foi alvo de ações na Justiça de advogados que avaliavam o negócio como nocivo aos cofres públicos.

Uma liminar chegou a suspender a transação, mas no final a Telesp

conseguiu manter o patrocínio. O Ministério Público também questionou o negócio.

O promotor de Justiça Antonio Celso Campos de Oliveira Faria alegou que, além dos gastos com o patrocínio, a Telesp ainda desembolsou mais R\$ 611.320,83 em anúncios publicitários apenas para explicar a transação.

Golpe "poético" de R\$ 800 mil fracassa

da Reportagem Local

Poesia e estelionato podem não

combinar, mas foi dessa forma que um grupo, ainda não identificado pela Polícia Civil de São Paulo, tentou obter R\$ 800 mil para um projeto cultural.

O golpe foi descoberto em cima da hora, no início de 97, e a Telesp conseguiu escapar da fraude.

Tratava-se de um projeto que atendia pelo singelo nome de "Poesia é Cultura", montado a partir de nomes de pessoas e documentos fictícios.

Os policiais desconfiam que te-

nha sido planejado por pessoas ligadas às mesmas que conseguiram dar o golpe de R\$ 1,2 milhão com o projeto "Brincando e Educando".

Por enquanto são apenas suspeitas, pois o único nome que conseguiram identificar como responsável pela proposta, Maria de Lurdes Jardim, forneceu, na documentação apresentada à Telesp, um endereço que não existe em SP.

O golpe foi flagrado quando tudo já estava pronto para ser feito o pagamento. "Ao contrário do 'Educando e Brincando', o 'Poesia é Cultura' tinha falsificações grosseiras", diz o advogado Gustavo Augusto de Carvalho Andrade, do Departamento Jurídico da Telesp.

Além dos casos da Telesp, a polícia obteve informações sobre a existência de fraude em projetos culturais de outras empresas. (X5)

O caminho correto

- 1 O grupo prepara o projeto e o envia ao Ministério da Cultura
- 2 Técnicos do Ministério avaliam a consistência do projeto
- 3 Uma vez aprovado, a decisão é publicada no "Diário Oficial"
- 4 Com o sinal positivo do Ministério, o grupo sai à caça de empresas que banquem o filme, a peça, o livro etc.
- 5 A empresa doadora pode abater do Imposto de Renda as despesas com o projeto, segundo a Lei Rouanet